

# Mantida verba da previdência privada

BRASÍLIA — O Deputado José Serra (PSDB-SP) não conseguiu cortar os recursos que o Tesouro transfere para os institutos de previdência privada, como o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC). De acordo com sua proposta, o Tesouro pagaria, no máximo, metade dos recursos dos institutos, o que implicaria aumento nas contribuições dos parlamentares de 10% para 15%. A proposta foi a única vetada no substitutivo de Serra. Entretanto, ele conseguiu incluir a proibição de repasse de recursos para os clubes de servidores, como o Clube do Congresso e os dos Ministérios militares.

Além dessas medidas fiscais que buscam aumento de receita e redução de despesas, a Lei de Diretrizes Orçamentárias também proporcionará, segundo José Serra, maior transparência nos gastos públicos, ao determinar que cada órgão que recebe recursos do Tesouro envie, até 31 de agosto, uma lista com o nome, cargo e remuneração de todos os

seus funcionários. Instituições como o Banco Central e outras autarquias especiais também passarão a anexar ao Orçamento da União o detalhamento de suas despesas.

Os principais pontos da Lei são os seguintes:

- 1 — Corte de 40% nos incentivos fiscais (preserva apenas os da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste);
- 2 — Impede que o Presidente José Sarney gaste mais que um sétimo do Orçamento em seus últimos três meses de governo;
- 3 — Extingue 80% das vagas do serviço público não preenchidas até 1º de janeiro;
- 4 — Congela metade das vagas que surgirem ao longo de 1990;
- 5 — Proíbe a aquisição ou manutenção de veículos de representação com recursos públicos, exceto os dos Presidentes do Executivo, Legislativo e Judiciário e Ministros; e
- 6 — Obriga Estados e municípios a pagarem pelo menos 25% da dívida externa com aval da União.